

Teología e Bioética

Santiago Roldán García

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Aloysio Bohnen, SJ

Vice-reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Diretora adjunta

Hiliana Reis

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos Teologia Pública

Ano 2 – Nº 14 – 2005

ISSN 1807-0590

Responsável técnica

Cleusa Maria Andreatta

Revisão

Mardilê Friedrich Fabre

Secretaria

Caren Joana Sbabo

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Esp. Âgueda Bichels – Unisinos

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Dármis Corbellini – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Laurício Neumann – Unisinos

MS Rosa Maria Serra Bavaresco – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho técnico-científico

Profa. Dra. Edla Eggert – Unisinos – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Faustino Teixeira – UFJF-MG – Doutor em Teologia

Prof. Dr. José Roque Junges, SJ – Unisinos – Doutor em Teologia

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin – PUCRS – Doutor em Teologia

Profa. Dra. Maria Clara Bingemer – PUC-Rio – Doutora em Teologia

Profa. MS Maria Helena Morra – PUC Minas – Mestre em Teologia

Profa. Dra. Maria Inês de Castro Millen – CES/ITASA-MG – Doutora em Teologia

Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner – EST-RS – Doutor em Teologia

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.5908223 – Fax: 51.5908467

www.unisinos.br/ihu

Cadernos Teologia Pública

A publicação dos Cadernos Teologia Pública quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia. A teologia como função do reino de Deus no mundo se desenvolve na esfera pública como teologia pública. Ela participa da vida pública da sociedade com a qual se compromete crítica e profeticamente, na perspectiva do reino de Deus que vem. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade, hoje, especialmente, a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, no diálogo com as diferentes

concepções de mundo e as religiões, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, se inscrevem nesta perspectiva. Eles são fruto da realização do *Simpósio Internacional O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, ocorrido, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, de 24 a 27 de maio de 2004, celebrando a memória do nascimento de Karl Rahner, importante teólogo alemão do século XX.

Teologia e Bioética

Santiago Roldán García

Preâmbulo

Com a finalidade de explicar, desde já, um ponto de partida para este artigo e a minha própria postura como palestrante sobre o tema *Teologia e bioética*, desejo esclarecer dois pontos importantes:

a) Por um lado, esta reflexão está baseada no estudo e análise do grupo de pesquisa *Biotheos* do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Xaveriana de Bogotá (Colômbia), cujo objetivo é oportunizar uma reflexão acadêmica, fundamentada em uma perspectiva bioética e moral para os múltiplos desafios técnico-científicos e

morais que o mundo contemporâneo nos oferece.

b) Do mesmo modo, considero necessário mencionar que, de um ponto de vista muito mais pessoal, esta reflexão parte de um pressuposto específico:

Entende-se que, desde suas origens até nossos dias, há uma clara autonomia de termos e uma diferenciação específica de reflexões tanto da Ética quanto da Moral. É de real importância, por sua vez, a compreensão de que a Ética, com base na qual me refiro à Bioética, se compreende por meio de um suporte filosófico e interdisciplinar; e que a Moral, cujas reflexões me remetem à Teologia, igualmente se compreende alicerçada em um referente transcendental e religioso.

Introdução

A autonomia e diferenciação dos termos *Ética* e *Moral* pode ser evidenciada sob um ponto muito mais iluminador, que é, neste caso, a própria etimologia dessas duas palavras. Elas, por sua vez, nos permitem devolver-lhe sua força elementar e até seu sentido autêntico, gastos pelo tempo e suas múltiplas interpretações¹:

A palavra *Ética* tem duas raízes: uma grega (que, por sua vez, tem duas acepções); e outra latina, que busca referir-se aos dois significados gregos sem diferenciação alguma:

Raízes gregas	Raiz latina
<p>ἦθος (guarida, hábitat, residência)</p> <p><i>Lugar exterior</i> (casa)</p>	<p>mos-moris (costume)</p>
<p>ἠθος (hábito, costume)</p> <p><i>Lugar interior</i>(atitude)</p>	

A primeira conotação grega, escrita com a letra *eta* “η” (e longo e sem acento), que, por sua vez, alude a um *lugar exterior* (casa), de acordo com a própria tradição grega e, mais exatamente, como o refere a tradição aristotélica, passa a significar mais tarde o **modo de ser** ou **caráter** de uma pessoa; ou seja, o modo de ser da *casa* de uma pessoa, vista não por uma visão psicológica que aluda ao temperamento da pessoa, e sim por uma percepção muito mais existencial, material e real. Posteriormente, tal concepção ἦθος passou a ser escrita pelos mesmos gregos com a letra *épsilon* “ε” (e breve e com acento) εθος, passando a significar, não a partir do exterior, e sim agora do *interior* da pessoa, um modo de ser, referindo-se, com isso, ao conceito de costume. Nesse sentido, aplica-se a quem, por educação, está habituado a ajustar sua atuação ao que é *costume*, ao que tinha validade consagrada e era, portanto, convencional na antiga *polis* ou cidade-estado.

Quando essas palavras foram traduzidas para o latim **mos-moris** (moral), só se fez alusão a uma única conotação empregada pelos gregos (*costume-εθος*), deixando, assim, incompleta sua própria significação devido à falta da acepção ἠθος. Essa indiferenciação verbal,

1 ARANGUREN, José Luis. *Ética*, 3.ed. Madrid: Alianza, 1979. p. 19.

como seria evidenciada, teve grandes repercussões na concepção posterior da Ética.

A passagem do grego ao latim e ao castelhano trouxe duas perdas de significado conotativo que precisamos resgatar para a ética contemporânea: a lembrança de nossa relação humana com a natureza que se expressa no meio ambiente, e o sentido de “caráter” implícito no de “máscara” denotativo do conceito grego de pessoa.²

No decorrer da história, mais exatamente no período escolástico, São Tomás de Aquino afirma que a palavra latina **mos** pode conter em si mesma as duas conotações gregas – casa e atitude –, enquanto “caráter” passaria a constituir a impressão de traços na própria pessoa (máscara). Consolida-se, portanto, analogicamente, a casa pessoal do indivíduo (lugar exterior) e a atitude ou “costume”, referenciando-a a uma inclinação natural da própria pessoa humana a fazer as coisas³.

É aqui, de meu ponto de vista e para efeitos deste escrito, que constato uma grande anormalidade literária e conceitual, já que **mos** acaba perdendo parte de seu

sentido originário para significar, na filosofia escolástica, **habitus**, que é mais do que costume ou *éthos* com acento (εθος), porém menos do que *ethos* (ηθος).

Com base na moral, no sentido de costume reconhecido como bom, configuram-se os modelos de comportamento – surgidos de processos recíprocos de reconhecimento no sentido das comunidades humanas e considerados como universalmente vinculativos – aos quais se confere validade normativa. As expressões “moral” e “bom costume” definem, inclusive, formas de ordem que representam formas de vida adultas, formas de vida que refletem as idéias acerca dos valores e do sentido das coisas compartilhadas no seio de uma comunidade humana.⁴

Entretanto, em relação ao uso dos termos *ética* e *moral*, deve-se estar consciente e assumir a circunstância de que, na linguagem corrente, o adjetivo *ético* é frequentemente utilizado como sinônimo de moral. Assim, fala-se de ações éticas e normas éticas sem diferenciação. Com isso, não se afirma que seu uso seja incorreto se temos presente que a origem da palavra “ética” se encon-

2 CELY GALINDO, Gilberto. *El horizonte bioético de las ciencias*. Bogotá: CEJA y 3R, 2001. p. 36.

3 *Summa Theologica*, I_II, q. 58, art. 1.

4 MUNERA DUQUE, Alberto. *Panorama de la moral fundamental*. Conferência proferida na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Xaveriana, em 22 de julho de 2003.

tra no termo grego εθος. Não obstante, a fim de delimitar, de maneira clara e já no âmbito lingüístico, os diferentes planos de reflexão, a discussão ética contemporânea concordou amplamente em reservar o **substantivo ética**, assim como o **adjetivo ético**, exclusivamente para a ciência filosófica cujo objeto é a ação moral do indivíduo.

Reconhecendo a validade de todas as posições, arbitrariamente é possível utilizar o termo “ética” para referi-lo à ciência do comportamento, com proposições filosóficas específicas, baseadas no fato de que cada corrente filosófica se aproxima ela mesma do tema. E poderíamos, também, arbitrariamente, escolher o termo “moral” para referi-lo à ciência do comportamento sob o ponto de vista religioso-teológico, baseados no fato de que cada religião propõe sua própria interpretação do comportamento humano. E, assim, falamos de moral judaica, moral islâmica, moral cristã, etc. Num contexto especificamente teológico, podemos considerar esta moral religiosa como verdadeira ciência (ainda que com a ressalva de que esta ciência tem como origem uma fé religiosa). É isso que chamamos de teologia moral.⁵

Não obstante, reitero que a utilização do termo é tremendamente ambígua na linguagem cotidiana, razão

pela qual é necessário precisar em que sentido ele é compreendido, quando alguém o utiliza.

Alguns passos além da etimologia das palavras

a. Primeiro passo

Continuando com meu esforço de diferenciação de termos e, com isso, ir, pouco a pouco, preparando o terreno para abordar, mais adiante, uma das grandes contribuições da Teologia para a Bioética – agora não tanto com base em sua etimologia, e sim em sua prática – busco criar caminhos apropriados para resolver essa problematização de situações familiares anteriormente citadas. Temos de reconhecer que coexistem duas aproximações do tema ética, que são compatíveis e conjugáveis entre si.

- a) *A primeira é uma aproximação histórica*, que implicaria um conhecimento tanto de filósofos e pensadores quanto de suas propostas filosóficas. Entre muitos, alguns pré-socráticos e até o próprio Sócrates, em seus diversos diálogos de

⁵ Ib.

Platão, de onde se extrai um modelo de argumentação necessário para a ética⁶; Aristóteles e seus tratados, que, com seu postulado empírico, estabelece a ética como disciplina independente da física e da metafísica⁷. Da mesma maneira, abordando amplos tratados medievais que observam a ética como elemento integrante da pessoa humana; passando, depois, por

Emmanuel Kant e seu postulado do imperativo da razão prática⁸ até chegar à reabilitação da filosofia prática nos anos setenta.

- b. *Uma segunda maneira, vista como uma aproximação sistemática*, busca prefigurar um “fio condutor”, evitando ver a reflexão ética como uma mera compilação cronológica de pronunciamentos, idéias, raciocínios, etc.

6 Assim como Sócrates, Platão considerou a ética como o ramo mais elevado do saber e acentuou a base intelectual da virtude ao identificar virtude com sabedoria. Esta idéia levou ao chamado “paradoxo socrático”, segundo o qual “nenhum homem faz o mal por vontade própria”, como diz Sócrates em *Protágoras* (cf. *A República, As Leis, Críton*).

7 Foi Aristóteles que introduziu a denominação de *Ética* para designar o que diz respeito aos princípios do bem e do mal, e de *Filosofia Prática* para a disciplina que dita as regras a que a conduta humana deve se submeter. Segundo Aristóteles, a virtude é o objeto da *Ética*, enquanto a moralidade é o objeto da *Filosofia Prática*. Há, não obstante, confusões posteriores devido à tradução; assim, por exemplo, Cícero traduziu a palavra grega “ético” pela latina *moralis*, e Sêneca chamou a ética de *Philosophia Moralis*. Desde então, essas três expressões aparecem com mais freqüência: ética, filosofia moral e filosofia prática, designando, com leves matizes de diferença, a própria disciplina filosófica. Ainda assim, desde a Antigüidade até o presente, a expressão “filosofia prática” não se refere, exclusivamente, ao aspecto ético, mas abarca também a Política, a Economia e o Direito.

Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, fez a primeira exposição sistemática desta disciplina. Considera como questão fundamental a do “supremo bem, ou seja, um bem que se deseja por si mesmo e pelo qual, ao mesmo tempo, se desejam todos os demais bens; todos concordam que este supremo bem é a felicidade”. Segundo o filósofo, a virtude é um modo de pensar e de sentir que se mantém no justo meio termo entre o excesso e a deficiência; este justo meio termo pode ser conhecido pela razão, e quem o conhece, como o sábio, opera em coerência com ele e é feliz, pois a felicidade é a atividade da vida em conformidade com a razão.

8 A ética de Kant está contida em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), na *Crítica da razão prática* (1787), na *Metafísica da moral* (1797) (cujas duas partes, *Os elementos metafísicos do direito* e *A doutrina da virtude*, muitas vezes, são publicadas em separado), assim como em *Religião dentro dos limites da mera razão* (1793) e num grande número de ensaios sobre temas políticos, históricos e religiosos. Não obstante, as posições fundamentais que determinam a forma desta obra são examinadas a fundo na obra mestra de Kant, a *Crítica da razão pura* (1781), e uma exposição de sua ética haverá de situar-se no contexto mais amplo da “filosofia crítica” ali desenvolvida.

b. Segundo passo

De que se ocupa a Ética como disciplina independente? Qual é seu objeto? Como abordar seu objeto? Que pretende a Ética?

A Ética se ocupa das ações humanas. Entendemo-la não como uma teoria da ação, e sim como uma daquelas ações que têm “uma pretensão de moralidade” (ações morais). Esta disciplina indaga um elemento “qualitativo”, que torna uma ação moralmente boa, ocupando-se de conceitos como o bem, o dever, a obrigação e o consentimento, entre outros.

Com isso, seu objeto seriam, então, as “ações morais” do ser humano. Ao investigá-lo, utiliza, é claro, diversos procedimentos metodológicos para chegar a resultados científicos. Portanto, a ética não pretende moralizar, nem ideologizar, nem absolutizar convicções de uma visão do mundo. Propõe-se, isto sim, a elaboração de enunciados cuja validade seja não simplesmente subjetiva, mas de enunciados suscetíveis de demonstrar uma validade objetiva.

Para este fim, a Ética conta com dois métodos de análise para chegar a seu objeto: o **descritivo** e o **normativo**.

- a. *O método descritivo* pretende estudar os modos efetivos de ação e de comportamento de uma sociedade ou comunidade determinada, a fim de estabelecer quais são os valores e quais as normas vigentes nela. Tais valores e normas – afirma Annemarie Pieper⁹ – configuram o “código moral” vigente numa comunidade cuja ação se investiga. Este código, cabe enfatizar, é reconhecido pela imensa maioria dos membros da comunidade, levando, assim, a edificar uma comunidade que se pensa e repensa a si mesma. Neste método, se analisa “o que as coisas são” dentro da comunidade específica.
- b. *O método normativo* é menos descritivo e mais prescritivo. Analisa-se aqui “o que as coisas deveriam ser”. Neste método, diferentemente do descritivo, se observa um grande risco, que é o de ideologizar qualquer fato sob um ponto de vista dogmático. Na Ética, os métodos normativos só são aceitos como métodos críticos, ou seja, como métodos que não dão indicações diretas de ação do tipo casuístico (em tal situação, tal é o que se deve fazer).

⁹ Annemarie Pieper é doutora em Filosofia Anglicana e Germana. Atualmente, é professora da Universidade de Basiléia.

Uma ética que proceda normativamente terá de desenvolver critérios que possibilitem a formulação de um juízo moral acerca de uma situação, mas sem o antecipar. Esses juízos deverão de estar conscientes de ser passíveis de crítica.

Da mesma maneira, na sua pretensão, a Ética busca, ao mesmo tempo, uma série de objetivos parciais, os quais não podem ser compreendidos sem um “elemento cognitivo e uma consciência de responsabilidade ou compromisso moral” à qual já não é possível aceder somente por procedimentos cognitivos:

- a. Por um lado, está a clarificação da *práxis* humana no tocante à sua qualidade moral.
- b. Da mesma maneira, o treinamento na argumentação e na fundamentação ética, pelas quais se torna possível desenvolver uma autoconsciência crítica, moralmente determinada.
- c. E, por último, a compreensão de que a ação moral não é algo arbitrário ou facultativo, que se possa fazer ou deixar de fazer, como melhor pareça; ela é, antes, a expressão de uma qualidade imprescindível do ser como pessoa humana.

c. *Terceiro passo... e um grande salto*

Pois bem, a premissa básica – nas palavras da doutora Annemarie Pieper¹⁰ – sobre a qual se apóia toda ética é a **boa vontade**. Boa vontade significa, aqui, a disposição fundamental não só de se deixar guiar por argumentos, mas também de tornar, efetivamente, princípio da própria ação aquilo que se reconheça como bom.

Quem de antemão – continua ela – não chega a problematizar seu próprio ponto de vista acerca de questões morais, seja por não ver os outros e seus postulados como válidos, ou por estar carregado de preconceitos, ou por considerar-se amoralmente convencido, seja porque, simplesmente, pensa que as normas morais são para os demais, mas não para ele mesmo, carece por diferentes motivos de boa vontade.

A falta de abertura e receptividade para com o moral priva qualquer entendimento ético de fundamento. As reflexões de natureza ética careceriam, neste caso, de sentido, da mesma maneira como as reflexões teológicas podem ser intelectualmente muito importantes e relevantes, mas não alcançam seu autêntico objetivo se, ao

10 PIEPER, Annemarie. *Ética y Moral: una introducción a la filosofía práctica*. Barcelona: Crítica, 1991.

mesmo tempo, não afetam, de alguma maneira, o comportamento religioso.

Assim como ninguém se torna religioso pela teologia, ninguém se torna moral pela ética. Não obstante, por meio do questionamento crítico, a ética pode contribuir para clarificar a auto-interpretação moral, reiterando novamente a ação do ser humano e, mais exatamente, os juízos morais.

d. Quarto passo

Cabe, de modo inescusável a todo indivíduo, como membro de uma sociedade e pessoa consciente e responsável, contribuir para configurar e melhorar, em sentido humano, toda a coletividade. A vida numa comunidade está sujeita a regras racionalmente estipuladas e igualmente compartilhadas por indivíduos racionais, que, compreendendo-as, articulam um sem-número de normatividades consuetudinárias em busca de seu cumprimento. A necessidade de que estas existam não significa coerção nem regulamentação alguma, mas sinaliza, antes, uma ordem e uma estrutura da *práxis* ao objetivo de lograr a máxima liberdade possível. Uma vida sem regulamentação ou normatividade alguma careceria de humanidade. Até o próprio ser humano isolado, seja por

vontade, seja por dever, ratifica, em si mesmo, regras determinadas e estipuladas por ele.

As sociedades atuais, segundo se tem constatado, caracterizam-se pela pluralidade de pontos de vista ideológicos, assim como também por uma acelerada evolução sociocultural e uma permanente modificação na fixação de objetivos econômicos, sociais e políticos. Por causa desta heterogeneidade, o consenso em questões de ordem moral já não é, de modo algum, óbvio e podemos até dizer inexistente devido à oposição de interesses e necessidades. Por isso, um acordo acerca dos princípios da moral, cujo reconhecimento seja racionalmente evidente para todos, é tão inevitável como a indagação crítica da legitimidade das pretensões de validade moral, associadas, na prática, a determinados enunciados.

Um acordo assim, em relação à sua validade ética ou moral, aceita o reconhecimento de que as discussões entre exigências concorrentes não se resolvem mediante a agressão ou coação, e sim, mediante a razão.

e. Quinto passo

Nenhum indivíduo, qualquer que seja, e que ouse chamar a si mesmo de racionalmente ativo e membro de

uma coletividade, haverá de imputar seus próprios desejos. Trata-se, antes, de seguir o princípio moral pelo reconhecimento dos direitos dos demais como validamente aceitos.

Por isso, todo indivíduo deve, em consonância com sua capacidade de livre determinação em sua atuação prática, enfrentar, sem trégua, a dupla tarefa de análise e crítica das exigências normativas, por um lado, e de pretensão de moralidade, por outro. Essa dupla tarefa é, de certo modo, a coluna vertebral moral de sua história. Como membro de uma comunidade adulta, ilustrada, espera-se de todo indivíduo um certo grau de capacidade moral e de consciência de responsabilidade. Ademais, a aptidão para transmitir a outros, em caso de conflito, comunicando-se com eles e argumentando estes dois aspectos básicos do comportamento moral, ou seja, a aptidão para justificar-se e evidenciar o próprio comportamento moral como base inelutável de uma autocompreensão crítica, emancipadora, projetada para a liberdade e a humanidade. Não se trata de algo extraordinário, e sim, de situações muito cotidianas e naturais.¹¹

f. Ponto de chegada

Poderíamos destacar que a mediação metodológica e sistemática de compreensão do sentido da ação moral se verifica pela ética. Mas a ética não implica, de fato, nenhum substantivo da ação moral: sua função, como se disse anteriormente, é a de captar a estrutura cognitiva de uma ação. Isso quer dizer que, na medida em que se assuma a descrição e a análise dos modelos de conduta e das ações básicas de ordem moral, por um lado, e se obtenha uma fundamentação, metodologicamente falando, do imperativo da moralidade, por outro, a ética propõe postulados claros e críticos para o julgamento da *práxis* em geral e decifra conceitualmente o complexo âmbito da ação moral e o torna acessível ao conhecimento humano de disposição racional¹².

Desse modo, se oferece, portanto, a quem se ocupa com a ética, tanto por interesse da ação quanto de sua função, algumas estratégias de argumentação por meio das quais estaria em condições de entender claramente os problemas e conflitos morais da ação humana na me-

11 *ib.*

12 *Cf. ib.*

dida em que sirvam para desenvolver possíveis propostas de solução, incluindo, no raciocínio, suas conseqüências morais¹³.

Por último, o autêntico “objetivo” da ética consiste em tornar, claramente, entendível e compreensível a “decisão moral” bem-argumentada e com fundamentos sólidos, como algo que cada qual deve procurar por si mesmo, sem permitir que outros – seja autoridade competente ou não – decidam em seu lugar. Em questões de moral, ninguém é, por excelência, mais competente do que o outro, mas, quando muito, com um grau maior de clarificação e, portanto, em melhor situação para achar sua própria posição e determiná-la definitivamente neste processo de clarificação. A ética não tem a função de tutelar, e sim, de indagar caminhos para que o indivíduo **seja**, ou possa ser, ele mesmo em correlação com a aceitação do outro como interlocutor válido.

g. Chegada, ponto de partida

A modo de conclusão, e servindo-me dela para continuar com minha contribuição para esta reflexão so-

bre um diálogo entre a Teologia e a Bioética, consigo constatar que tanto a ética (raciocínio filosófico) quanto a moral (raciocínio teológico) não completam seu fundamento e seu estatuto epistemológico uma sem a outra. E que, portanto, oferecer uma possível diferenciação conceitual entre elas não contribui para a problematização existente, mas ajuda, antes, a desmascarar algumas reflexões em si limitadas que, no fim das contas, podem acabar sendo manipuladoras e que confundem nosso discurso bioético e teológico.

Ao mesmo tempo, isso permite tanto à Bioética quanto à Teologia esclarecer o ponto de partida e seu ponto de chegada frente ao debate bioético necessitado de interlocutores que convalidem suas posturas, tendo como base a idoneidade de seu discurso.

Um diálogo necessário¹⁴

É prudente aclarar que, embora já há muitíssimos séculos, se venha falando sobre a necessidade de criar uma integração e uma dialética entre a ética e a vida, de-

13 Cf. SÓFOCLES. *Escritos y tragedias*: A tragédia de Dejanira e Hércules.

14 Cf. Santiago ROLDAN GARCIA, conferência proferida no “Diplomado de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario”: três diferentes leituras, jurídica, política e teológica, na Pontifícia Universidade Xaveriana, 1º de abril de 2004.

vido aos múltiplos desafios e questionamentos deixados pelos próprios descobrimentos e avanços produzidos pelo próprio ser humano e que, sem dúvida alguma, afetam, desde então, a humanidade, é só a partir da década de 1970, e mais exatamente a partir do ano de 1971, que Van Rensselaer Potter, cunhando o termo bioética, alude ao imperativo de uma disciplina que, “além de ser uma ponte rumo ao futuro, sirva de enlace entre duas culturas: a das ciências e a das humanidades”¹⁵.

Com isso, tem início, então, a busca do estatuto epistemológico da Bioética, vista como sobrevivência tanto do ser humano quanto das culturas.

Segundo Potter, não se estava falando, única e exclusivamente, da busca de uma sobrevivência humana, mas, ao mesmo tempo, era imprescindível uma **postura interdisciplinar** em que a Bioética se dedicasse à tarefa de fazer “ver o outro como interlocutor válido”, visando à qualidade de vida e à própria dignidade da pessoa humana.

Existem duas culturas que, parece, não são capazes de comunicar-se: a científica e a humanística. Se aceitamos

que esta incomunicabilidade é uma das razões que fazem duvidar da possibilidade de futuro da humanidade, possivelmente construindo uma ponte entre estas duas culturas, construiremos uma ponte rumo ao futuro...¹⁶

Passado o tempo, tomando como legado o postulado de Potter, é o Dr. André Hellegers¹⁷ que enfatiza o caráter médico e interdisciplinar desta episteme nascente, fazendo notar a necessidade de gerar **consensos** mediante diálogos abertos e desinteressados, permitindo, com isso, “uma tomada de decisões” pertinente.

Em última análise, a bioética é o estudo sistemático da conduta humana no campo das ciências biológicas e da atenção à saúde, na medida em que esta conduta seja examinada à luz de **valores e princípios morais**.¹⁸

Por esta razão, e sem temor de equivocarse, a obra coletiva *Encyclopedia of Bioethics* definiria, então, a bioética como “um estudo da conduta humana na área das ciências da vida e do cuidado da saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz de valores e **dos princípios morais**”.

15 Cf. V. R. POTTER, *Bioethics: Bridge to the Future*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1971.

16 lb.

17 Professor da Universidade de Georgetown e fundador, em 1971, do Joseph and Rose Kennedy Center for the Study of Human Reproduction and Bioethics da Georgetown University de Washington.

18 REICH, Warren Thomas. *Encyclopedia of bioethics*, 1995, p. 19.

Depois de múltiplos estudos, tornou-se oportuno o desejo de tirar da Bioética seu caráter predominantemente médico, projetando-a, assim, para um horizonte muito mais amplo.

Em benefício deste estatuto, autores como o Dr. Daniel Callahan¹⁹, o Dr. David Roy²⁰, Francesc Abel, jesuíta e doutor em Medicina,²¹ Javier Gafo S.J.²², entre outros, têm observado a pertinência de falar de uma bioética muito mais global, em que todos e cada um dos dilemas que afetam a vida em geral possam interagir e transformar-se em ferramentas necessárias para uma tomada de decisões em benefício único do ser humano e de seu entorno.

A bioética é o estudo interdisciplinar dos avanços criados pelo progresso biomédico (seja na relação individual, seja na institucional, seja na interinstitucional, seja na estrutura social) e sua repercussão na sociedade e seu sistema de valores.²³

Em última análise, o que desejo atingir nesta reflexão não é tanto definir se a Bioética deverá ser médica ou

geral, mas fazer com que nos demos conta de que, atrás do próprio querer e da metodologia da Bioética, ela própria se coloca, atualmente, como “pano de fundo epistemológico”, em que todas e cada uma das disciplinas se encontram, dialogam, aportam e contribuem para uma tomada de decisões em benefício, única e exclusivamente, da qualidade de vida e da dignidade da pessoa humana. É importante – referindo-me, com isso, ao “credo bioético” redigido pelo próprio Van Rensselaer Potter e entremisturando atos de fé e compromissos – aludir à Bioética como “idioma internacional”, apto para buscar soluções “de consenso”, diante dos problemas que cria para o ser humano a vida moderna, muito centrada no aspecto técnico, científico e material.

Sendo a Bioética entendida, assim, como responsabilidade pela vida, ninguém haverá de eximir-se de estudá-la, praticá-la e projetá-la; “como tampouco haverá de abstrair-se” de seu caráter civil e aconfessional, pluralista, autônomo, racionalista e fora do convencionalismo²⁴.

19 Fundador, em 1969, do Institute of Society, Ethics and Life Sciences em Hastings-on-Hudson, New York, mais conhecido como Hastings Center.

20 Fundador, em 1976, do Centre de Bioéthique no Institut de Recherches Cliniques de Montreal, Canadá.

21 Fundador, em 1975, do Instituto Borja de Bioética em Sant Cugat del Vallés (Barcelona).

22 Criador, em 1987, da Cátedra de Bioética da Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia Comillas de Madri, da Companhia de Jesus.

23 Francesc Abel, SJ.

24 GRACIA, D. Principios y metodología de la Bioética, *Quaderns Caps*, n. 19, 1991.

Finalmente, cabe, assim, uma primeira aproximação à resposta da pergunta de fundo neste artigo: **A Teologia tem algo a dizer ao discurso bioético?**

Desejo convidar, com isso, para uma “virada copernicana”, com esta reflexão: acaso é a Bioética que haverá de oferecer à Teologia ferramentas necessárias para convalidar seu objeto ou, pelo contrário, longe de desejos de poder ou de sedução, seria, antes, a Teologia que, fundamentada em seu próprio saber acadêmico e prático, entregará não só pautas para um diálogo interdisciplinar, mas também, por sua vez, assumirá sua tarefa de **mestra**, ao oferecer um enfoque sistemático a tal evento, com base na reflexão moral.

Se estes são os traços próprios de um novo estudo como o é a Bioética, por razões mais do que evidentes para nós como teólogos, a problemática está proposta para a razão teológica²⁵, já que, como afirma o Sr. Cardeal Javier Lozano²⁶, primaz da Cidade do México e presidente do Pontifício Conselho para a Pastoral da Saúde, é “competência definitiva da Teologia” adquirir sua significação na interação com a atualidade das tradições vi-

vas de experiências de fé, que promovem o crescimento humano integral.

Dessa maneira, a Teologia, como **uma a mais** das ciências comprometidas no amplo horizonte do saber, haverá de promover e participar da discussão interdisciplinar em torno das responsabilidades do ser humano e “suas múltiplas conseqüências” em muitas de suas opções humanas, sociais, técnicas e/ou morais. Da mesma maneira, “haverá de aportar” um enfoque moral na construção de mediações necessária para compreender e tornar visível o pano de fundo, tanto da vida quanto da dignidade da pessoa humana, requisitos indispensáveis para a compreensão e o debate bioético.

Disciplinas que se pensem desligadas do mundo da vida, alheias às formas de vida concretas dos povos e dos sujeitos, e que, em conseqüência, omitam pensar o caráter injusto do destino das maiorias desfavorecidas, operam a partir de uma racionalidade insuficiente.²⁷

O teológico, como aporte à discussão bioética, própria, baseado em um olhar crente e prospectivo,

25 Cf. José Vico PEINADO, professor do Instituto Superior de Ciências Morais, *Moralia*, n. 26, 2003.

26 Fundamentos filosóficos e teológicos da bioética, Intervenção de sua Eminência Javier Cardeal Lozano Barragán, durante a XII Jornada Mundial do Enfermo de 2004.

27 Documento 3. Projeto Educativo do Serviço de Formação Teológica 2002. Pontifícia Universidade Xaveriana, Bogotá (Colômbia).

“um horizonte humano enraizado num Absoluto diferente”, que, por sua vez, se revela na pessoa de Jesus Crucificado, dando a conhecer sua própria Vontade²⁸. Sob uma perspectiva da Revelação, da mesma forma que, nas diversas tradições de diferentes culturas e em variados modos de expressão, a Divindade se descobriu como fonte de vida e promoção da dignidade da pessoa “mediante o mútuo reconhecimento do outro” como filho de Deus por meio da colaboração e da solidariedade²⁹.

Por último, e sem pretender, com isso, esgotar este tema, que, por sua vez, é fruto de pesquisa para o grupo *Biotheos* da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidad Xaveriana, não desejo apresentar a Teologia como *ancilla* (serva ou escrava) de ninguém; “mas desejo, isto sim, advogar pelo grito desesperado e solícito de humildade e de compreensão por parte dela e de seus colaboradores”, em que se veja o outro como “interlocutor válido”, frente às múltiplas tomadas de decisões em busca da sacralização e da qualidade de vida.

Desse modo, não devemos esquecer que o consenso **é termo de chegada**, e não ponto de partida, como em muitos momentos foi visto pela Teologia. Logo,

falar de “debate bioético” é falar de um verdadeiro consenso *que* “exija confrontação”. E essa confrontação, autônoma por si mesma, tem sua própria regra de ouro, que, propondo-a de maneira muito mais coloquial, como o diria o próprio Sr. Cardeal Javier Lozano, pode ser dita da seguinte maneira: “Quem afirma uma tese tem o compromisso inelutável de demonstrar que, com o que diz e crê, pode entender melhor o que diz e crê a pessoa que pensa de forma diferente”.

Ninguém mais idôneo que a Teologia – o que é um dever, mas, de igual modo, um direito – haverá de aportar luzes que iluminem, nos comitês de Bioética, a tomada de decisões, visando à qualidade de vida e à dignidade humana; mas também, por sua vez, ao benefício de sua própria transcendência.

Os postulados ou princípios morais propostos por uma religião determinada costumam ter uma grande importância para seus seguidores, quando se trata de discernir o correto num conflito ético específico. Os que recorrem a tais princípios ou postulados religiosos o fazem porque, por um lado, pressupõem a competência moral desta instância e, por outro, porque, como membros de religião, reconhecem que os governantes gozam de au-

28 Cf. D.V. n. 1-20.

29 Documento 3. Projeto Educativo do Serviço de Formação Teológica 2002. Pontifícia Universidade Xaveriana, Bogotá (Colômbia).

toridade diretiva de exigir-lhes uma determinada forma de comportamento.³⁰

A Teologia, e mais exatamente a teologia moral, haverá de utilizar um método que, sem ser contrário, mas sim, diferente do próprio Magistério da Igreja, haverá de “contextualizar” as proposições éticas iluminadas pela reflexão sobre a fé, porém sem lhes dar caráter de normatividade absoluta, já que se reconhece que o comportamento de cada indivíduo obedece a um sem-número de circunstâncias específicas que exigem ser contextualizadas existencialmente de maneira clara com a intencionalidade e finalidade com que se atua.

Referências bibliográficas

ARANGUREN, José Luis. *Ética*. 3.ed. Madrid: Alianza, 1979.

CELY GALINDO, Gilberto. *El horizonte bioético de las ciencias*. Bogotá: CEJA y 3R, 2001.

FIGUEROA PEREA, Juan Guillermo. *El papel de la Religión en el análisis y la vivencia de los dilemas éticos en la reproducción*.

GRACIA, D. Principios y metodología de la Bioética. *Quaderns Caps*, n. 19, 1991.

HELLEGGERS, Andre. Bioethics. In: REICH, Warren Thomas. *Encyclopedia of bioethics*, 1995.

MUNERA DUQUE, Alberto. *Panorama de la moral fundamental*. Conferência proferida na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Xaveriana, em 22 de julho de 2003.

PIEPER, Annemarie. *Ética y Moral: una introducción a la filosofía práctica*. Barcelona: Crítica, 1991.

POTTER, V. R. *Bioethics: Bridge to the Future*, Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1971.

ROLDAN GARCIA, Santiago. In: Diplomado de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitário: três diferentes leituras, jurídica, política e teológica. *Conferência*. Pontifícia Universidade Xaveriana, 1º de abril de 2004.

SÓFOCLES. *Escritos y tragedias: A tragédia de Dejanira e Hércules*.

30 FIGUEROA PEREA, Juan Guillermo. *El papel de la Religión en el análisis y la vivencia de los dilemas éticos en la reproducción*.

Cadernos Teologia Pública: temas publicados

- Nº 1 – *Hermenêutica da tradição cristã no limiar do século XXI* – Johan Konings, SJ
- Nº 2 – *Teologia e Espiritualidade. Uma leitura Teológico-Espiritual a partir da Realidade do Movimento Ecológico e Feminista* – Maria Clara Bingemer
- Nº 3 – *A Teologia e a Origem da Universidade* – Martin N. Dreher
- Nº 4 – *No Quarentenário da Lumen Gentium* – Frei Boaventura Kloppenburg, O. F. M.
- Nº 5 – *Conceito e Missão da Teologia em Karl Rahner* – Érico João Hammes
- Nº 6 – *Teologia e Diálogo Inter-Religioso* – Cleusa Maria Andreatta
- Nº 7 – *Transformações recentes e prospectivas de futuro para a ética teológica* – José Roque Junges, SJ
- Nº 8 – *Teologia e literatura: profetismo secular em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos* – Carlos Ribeiro Caldas Filho
- Nº 9 – *Diálogo inter-religioso: Dos “cristãos anônimos” às teologias das religiões* – Rudolf Eduard von Sinner
- Nº 10 – *O Deus de todos os nomes e o diálogo inter-religioso* – Michael Amaladoss, SJ
- Nº 11 – *A teologia em situação de pós-modernidade* – Geraldo Luiz De Mori, SJ
- Nº 12 – *Teologia e Comunicação: reflexões sobre o tema* – Pedro Gilberto Gomes, SJ
- Nº 13 – *Teologia e Ciências Sociais* – Orivaldo Pimentel Lopes Júnior



Santiago Roldán García (1967) é natural de Bogotá, Colômbia. É professor, desde 2001, no Departamento de Teologia da Pontificia Universidad Javeriana, coordenador e pesquisador principal do grupo de reflexão *Biotheos*, co-pesquisador do grupo de *Ecoteologia* e membro da equipe de pesquisa de Teologia Moral e Doutrina Social. É professor de Teologia Moral da Fundación Universitaria San Alfonso (FUSA) e presidente e representante legal da fundação Mundo Livre, ONG da Colômbia. É graduado em Estudos de Filosofia, pelo Seminário Maior da Arquidiocese de Bogotá, 1989, e em Teologia, pela Universidad de San Buenaventura, 1998. Em 2000, concluiu a Especialização em Bioética; em 2001, a graduação em Doutrina Social da Igreja; e em 2005, o Mestrado em Teologia, pela Pontificia Universidad Javeriana. Sua dissertação de mestrado intitula-se *Una aproximación desde la Teología Moral al debate del aborto en Colombia*.

Publicação do autor:

La Teología Moral como aporte al debate bioético. *Revista Universitas Alphonsiana*, Colombia, v. 5, p. 127-142, 2004.